

Gramsci e a revolução

Domenico Losurdo*

1. Duas teorias da revolução em Marx e Engels

Ao analisar a teoria da revolução em Gramsci, convém não perder de vista um fato de tipo biográfico que é ao mesmo tempo de grande relevância no plano teórico. Trata-se de um autor e dirigente político que viveu a tragédia da derrota do movimento operário e da vitória do fascismo; e, exatamente por isto, foi obrigado a desistir da esperança de uma rápida e definitiva reiteration revolucionária para, em lugar disso, aprofundar a análise do caráter complexo e contraditório e da longa duração do processo de transformação política e social. Tal enfoque teórico não pode deixar de ser particularmente estimulante e fecundo num momento histórico como o atual, em que o movimento de emancipação das classes e dos povos em condição subalterna é obrigado a registrar nova e desastrosa derrota.

Segundo Gramsci, a passagem do capitalismo à “sociedade regulada”, ou seja, ao comunismo, “durará provavelmente séculos” (Q, 882).¹ Por outro lado, no relativo à França, o ciclo da revolução burguesa compreende, como veremos, um período que vai de 1789 a 1871. Podemos agora perguntar-nos se não existiria uma teoria precisa da revolução e da transformação política e social, fundamentada numa leitura da modernidade e da história em geral e no critério da longa duração.

Convém começar com Marx, no qual é possível descobrir pelo menos duas versões diferentes e contrastantes da teoria da revolução, mesmo se o ponto de partida esteja sempre constituído pela agudização da contradição entre forças produtivas e relações de produção. A versão incluída numa página celeberrima do *Capital*, onde a revolução socialista aparece como consequência imediata e automática do funcionamento do processo de acumulação capitalista é gravemente mecanicista:

A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho atingem um nível em que se tornam impossíveis de conciliar com seu invólucro capitalista. Este invólucro é destruído. Soa a última hora da

* Professor de História da Filosofia na Universidade Urbino.

¹. No tocante a Gramsci, o texto usa as seguintes siglas: CT = *Cronaca torinesi 1913-1917*, edição preparada por S. Caprioglio, Turim, Einaudi, 1980; CF = *La città futura 1917-1918*, edição preparada por S. Caprioglio, Turim, Einaudi, 1982; CPC = *La costruzione del partito comunista 1923-1926*, Turim, Einaudi, 1971; Q = *Quaderni del carcere*, edição crítica aos cuidados de V. Gerratana, Turim, Einaudi, 1975. No que tange a Marx e Engels as siglas são: MEW = K. Marx e F. Engels, *Werke*, Berlim, Dietz, 1955 e anos seguintes; MEGA = nova MEGA: *Marx-Engels Gesamtausgabe*, Berlim, Dietz, 1975 e anos seguintes. Por fim, L = V.I. Lenine, *Opere complete*, Roma, Editori Riuniti, 1955 e anos seguintes.

propriedade privada capitalista. Os expropriadores são expropriados.
(MEW, XXIII, 791)

A política, as peculiaridades nacionais, os fatores ideológicos, a própria consciência revolucionária, tudo isso não parece desempenhar qualquer papel; e é claro que uma teoria assim é inútil para explicar qualquer revolução concretamente determinada.

Alhures, Marx, em lugar disso, faz derivar da intensificação da contradição entre forças produtivas e relações de produção, não uma única revolução mas, sim, “uma época de revolução social” (MEW, XIII, 9): no âmbito desta época desenvolvem-se processos revolucionários diversos e peculiares, cada um dos quais só pode ser explicado a partir de uma constelação nacional específica e fazendo com que intervenham outros fatores além daqueles puramente econômicos. Nem mesmo se diz que a revolução política eclodirá no país em que se manifeste mais agudamente a contradição entre forças produtivas e relações de produção. Que situação se criou na Europa em 1848? Leiamos *As lutas de classe na França*:

Se as crises originam revoluções em primeiro lugar no continente, a sua causa deve no entanto ser colocada sempre na Inglaterra. É natural que as explosões violentas se manifestem primeiro na extremidade do corpo burguês e não no seu coração, posto que neste último as possibilidades de um reequilíbrio são maiores. (MEW, VII, 97)

O *Manifesto* chega a prever a possibilidade de uma revolução socialista num país que, no plano do desenvolvimento capitalista, seja ainda atrasado em relação à Inglaterra e que, no que diz respeito à ordem propriamente política, esteja aquém da revolução burguesa:

Os comunistas voltam especialmente sua atenção para a Alemanha, porque esta está às vésperas da revolução burguesa e porque realiza tal revolução em condições de civilização européia geral mais avançadas e com um proletariado muito mais desenvolvido do que os que tiveram a Inglaterra no século XVII e a França no XVIII; razão pela qual a revolução burguesa só pode ser o prelúdio imediato de uma revolução proletária. (MEW, IV, 493)

A “revolução proletária” na Alemanha – escreve mais tarde Marx a Engels em abril de 1856 – não pode ter sucesso sem enlaçar-se intimamente com uma reedição da guerra dos camponeses e portanto com o desenvolvimento da luta antifeudal no campo. (MEW, XXIX, 47)

Seja como for, a maturidade econômico-social da revolução socialista não caminha *pari passu* com a maturidade política. Inglaterra, a “metrópole do capital”, ou a “potência que domina o mercado mundial”, constitui “o único país no qual as condições materiais dessa revolução se tenham desenvolvido até um certo grau de maturidade”. Mas a esta situação objetivamente favorável corresponde a “impotência da classe operária inglesa” (profundamente contagiada pela ideologia chauvinista dominante), a qual se sente e se comporta como “membro da nação dominante”, reduzindo-se assim a um “instrumento da aristocracia e dos capitalistas contra a

Irlanda”. É exatamente nesta última que se deve procurar a chave para a transformação revolucionária da Grã-Bretanha inteira. É verdade que se trata de um território economicamente subdesenvolvido, de uma colônia, onde “a questão agrária é ainda a forma exclusiva da questão social”, onde, portanto, tudo gira em torno da posse da terra: e, todavia, a “revolução agrária”, enlaçando-se estreitamente com a “questão nacional” e com a “luta nacional irlandesa”, e utilizando positivamente o “caráter dos irlandeses, mais passional e mais revolucionário” do que o dos ingleses, pode derrubar o domínio da “aristocracia inglesa de proprietários de terras”, estabelecendo assim as condições para a emancipação da própria classe operária inglesa. (MEW, XXXII, 667-669) Na carta aqui citada, de abril de 1870, a revolução emerge não exclusivamente do desenvolvimento do capitalismo e do fortalecimento da contradição entre burguesia e proletariado industrial mas, sim, de um conjunto e entrelaçamento de contradições diversas, bem como das tradições históricas e culturais de um determinado povo.

2. A complexidade e a longa duração da revolução

A tese leninista da revolução que eclode no elo mais fraco da corrente do imperialismo, após acumularem-se e entrelaçarem-se múltiplas contradições, dominadas nos planos teórico e prático pela iniciativa consciente do sujeito revolucionário – tal tese se coloca numa linha de continuidade e desenvolvimento com a teoria da revolução presente no *Manifesto do partido comunista*, nas *Lutas de classe na França*, bem como nas cartas citadas acima. Ao condenar a Revolução de Outubro, a Segunda Internacional se prendeu de certo modo à versão da teoria da revolução exposta n’ *O capital*.

É preciso acrescentar que, além de mecanicista, tal versão é tendencialmente eurocêntrica: se tudo se decide no ponto mais alto do desenvolvimento capitalista, as colônias só podem esperar a emancipação do exterior, e então se compreende a tendência difundida na Segunda Internacional, a justificar a exportação do capitalismo a partir da metrópole, enquanto se espera a desejada exportação do socialismo ou o desejado desenvolvimento da revolução socialista também nos países atrasados, sempre, porém, à base da introdução preliminar em seu interior das relações de produção capitalistas que já constituem a situação presente do Ocidente.

É evidente e conhecido o enfoque antimecanicista de Gramsci, que polemiza contra a última fase de Labriola, empenhado em justificar, em nome da civilização e do socialismo, a expansão colonial das grandes potências. Mas, neste ponto, trata-se da assimilação da lição de Lenin. Deve-se acrescentar, porém, que Gramsci foi talvez o primeiro a dar-se conta da co-presença em Marx de duas versões diferentes e contrastantes da teoria da revolução. Isto é o que se nota com clareza na celeberrima tomada de posição a favor da revolução desencadeada na Rússia na contramão d’ *O capital*, quer dizer, na ausência “da maturidade econômica que, segundo Marx, é a condição necessária do coletivismo”: não por acaso, o artigo a que nos estamos referindo sublinha a necessidade de depurar o marxismo de suas “incrustações positivistas e naturalistas”. (CF, 514-516) A defesa da Revolução de Outubro e a

polêmica contra as posições mecanicistas da Segunda Internacional avançam *pari passu* com a tomada de consciência da necessidade de reler Marx criticamente.

Voltemos à carta sobre a Inglaterra e a Irlanda. Sim, Marx pensa numa revolução agrária e nacional na colônia, mas sempre em função da revolução socialista na metrópole capitalista. Trata-se de uma atitude que continua presente em Lenin, que a longo prazo vê na Revolução de Outubro só o prelúdio da revolução no Ocidente, considerada agora iminente. É certo que o dirigente bolchevique depois se deu conta do caráter errôneo de tal previsão e da necessidade de a União Soviética concentrar-se na construção do socialismo, ou mesmo de um ordenamento político-social pós-capitalista. Mas a morte veio truncar este processo de repensar: o ponto de chegada do dirigente bolchevique constitui o ponto de partida das reflexões dos *Cadernos do cárcere*.

Pode-se assim compreender a polêmica com Trotski. O mais significativo não é a insistência no fato de que, no Ocidente, a revolução socialista pressupõe uma longa e complexa guerra de posição. Ainda mais do que a crítica imediatamente política, relativa à análise da situação objetiva e das relações reais de força, é importante a crítica de caráter filosófico, a qual percebe na teoria da “revolução permanente” uma “forma moderna do velho mecanicismo”.(Q, 1730) Negar a possibilidade do socialismo num só país significa continuar a fazer derivar mecanicamente a maturidade política da “maturidade econômica” do “coletivismo”, significa continuar a ser prisioneiro da ideologia sobre cuja base os líderes da Segunda Internacional, brandindo *O capital*, negavam a legitimidade da Revolução de Outubro.

Neste sentido, para Gramsci, “na ideologia e na prática” do trotskismo “renasce plenamente toda a tradição da social-democracia e do sindicalismo”.(CPC, 130) Exatamente porque a revolução é o resultado da acumulação e entrelaçamento de contradições diversas, é possível analisá-la, promovê-la e dirigi-la somente a partir de um “acurado reconhecimento do caráter nacional”.(Q, 866) Depois de valorizar a teoria leninista segundo a qual a revolução socialista resulta da ruptura da corrente do imperialismo em seus elos mais fracos, os *Cadernos do cárcere* movem-se, talvez sem dar-se conta disto totalmente, numa perspectiva bem diversa daquela da Internacional Comunista, a qual, ao indicar o objetivo da “república soviética internacional”, tende a apresentar-se como um “partido comunista mundial”, “rigorosamente centralizado”.² A idéia de fundir as mais diversas seções nacionais num único partido e num único exército, dirigidos com mão de ferro do alto pela atuação de um estado-maior da revolução planetária, acaba de fato pondo em risco a aquisição teórica do caráter sempre peculiarmente determinado da situação e do processo revolucionário, com grave minimização do peso e da importância da questão nacional.

Peso e importância que, para Gramsci, não diminuem mesmo com a conquista do poder: até o proletário vitorioso deve saber de algum modo “nacionalizar” a si mesmo, sobretudo se for chamado, como na União Soviética, a exercer a “hegemonia”

². Apud A. Agosti, *La Terza Internazionale*. Storia documentale, Roma, Editori Riuniti, 1974-1979, vol. I, pp. 74 e 278.

sobre uma frente heterogênea que compreende “estratos sociais estritamente nacionais (intelectuais) e mesmo, muitas vezes, menos até do que nacionais, particularistas e municipalistas (os camponeses)”.(Q, 1729) Emerge aqui toda a dificuldade da construção de uma sociedade pós-capitalista. Com a finalidade de adquirir para o país a “maturidade econômica” necessária à consolidação da revolução, (CF, 516) o proletariado é obrigado a fazer concessões que podem ser onerosas a estratos sociais burgueses que, mesmo privados doravante do poder político, continuam a gozar de condições de vida nitidamente melhores e portanto de privilégios escandalosos.(CPC, 129-130)

Tal contradição objetiva, sobre a qual se exerce facilmente a ironia dos críticos de direita ou de “esquerda” do poder soviético, é posta em evidência por Gramsci, não, por certo, para contestar a legitimidade histórica da Revolução de Outubro, ou para legitimá-la somente na medida em que consiga ser o prelúdio da revolução no Ocidente mas, sim, para sublinhar a extrema complexidade do processo de construção do socialismo, complexidade que o atraso da Rússia soviética se limita a acentuar ulteriormente. A crítica da tentativa de construção do socialismo num país que permaneceu dramaticamente sozinho e, além do mais, foi obrigado a liquidar o seu atraso histórico, parece pressupor a ilusão segundo a qual a transição para fora do capitalismo seja viável nos países mais desenvolvidos. Isto significa partir do pressuposto de que a maturidade econômica determina de forma imediata a maturidade política do processo revolucionário: e nisto reside, segundo Gramsci, a essência do mecanicismo.

Na realidade, a situação dramática em que o grupo dirigente bolchevique veio a se encontrar depois da conquista do poder remete a uma dificuldade de caráter mais geral: a que caracteriza o processo de conquista da autonomia pelas classes subalternas, cuja “tendência à unificação”, mesmo nos países capitalistas mais desenvolvidos, “é continuamente interrompida pela iniciativa dos grupos dominantes”.(Q, 2283) Tal dificuldade de caráter geral não escapara a Marx e Engels, os quais, no entanto, haviam insistido principalmente na dimensão econômica do problema: segundo o *Manifesto*, a “organização dos proletários em classe e em seguida em partido político é constantemente e de novo interrompida pela concorrência que os operários fazem uns aos outros” devido às próprias características do trabalho assalariado.(MEW, IV, 471 e 473-474)

É certo que a carta sobre a Inglaterra e a Irlanda citada acima sublinha o papel nefasto do contágio chauvinista; no entanto, existe a tendência a derivar constantemente este último dos superlucros coloniais e da obra de corrupção que por meio deles as classes dominantes possam desenvolver no seio da classe operária. É o que se depreende de duas cartas de Engels, que sublinham a emergência na Inglaterra – “numa nação que explora o mundo inteiro” – de um “proletariado burguês”, cujos membros “desfrutam tranqüilamente (...) o monopólio comercial e colonial da Inglaterra no mundo”. Lenin se apóia nestas duas cartas em sua denúncia do caráter corrupto da “aristocracia operária”.(L, XXII, 283-284) Mas a relação assim estabelecida entre a economia de um lado e a política e a ideologia do outro faz com

que a iniciativa da burguesia, buscando destruir o processo de construção da autonomia por parte do proletariado ou das classes subalternas, seja considerada segundo um enfoque única ou predominantemente econômico, quer se trate da concorrência que atua entre os trabalhadores assalariados, quer da distribuição, mesmo entre os operários, dos superlucros burgueses derivados da expansão colonial.

Do ponto de vista de Gramsci, pelo contrário, o chauvinismo e a excitação colonialista são somente dois modos de manifestação da iniciativa das classes dominantes, a qual se desenvolve no plano político e cultural além do econômico. Por outro lado, o processo através do qual as classes subalternas procuram subtrair-se à hegemonia da burguesia não conclui nem mesmo com a conquista do poder por aquelas: é verdade que, depois de um tal salto qualitativo, “o problema cultural” da autonomia ideológica e política das classes populares “tende a uma solução coerente”, a qual, no entanto, de fato ainda não está garantida; na verdade, é exatamente em seguida à “criação do Estado” novo que aquele problema “se impõe em toda a sua complexidade”.(Q, 1863)

3. Marx, Engels e a “decadência ideológica”

Já mencionamos a presença no pensamento de Marx e Engels de versões diferentes e contrastantes da teoria da revolução. Agora convém deter-nos na configuração do período que sucedeu à Revolução de 1848 e às jornadas de junho na França.

A revolta operária foi ferozmente reprimida. Mais importante é o fato de que, em lugar de ser investigada quanto à sua concreta gênese histórica e material, ela foi vivida e condenada pelas classes dominantes como uma nova invasão bárbara ou, pior ainda, como a irrupção escatológica das forças do Mal; outrossim, à história da França, devastada pelo vírus jacobino e socialista, contrapôs-se a descrição idealizada da Inglaterra como ilha feliz por não ter sido tocada pela doença gaulesa.³ Em tal operação distingue-se Guizot; e Marx, referindo-se ironicamente ao estadista e historiador francês, escreve que, junto com o rei, “também *les capacités de la bourgeoisie s'en vont*”.(MEW, VII, 212) Concluído o seu ciclo revolucionário, a burguesia se tornara não somente conservadora ou reacionária no plano político, como também decadente e, de certo modo, moribunda nos planos cultural e ideológico. Tal é a opinião de Engels também, o qual, desta vez referindo-se a Carlyle e à posição francamente antidemocrática em que este desembocou, observa que não só “as capacidades da burguesia” declinam mas também o seu “gênio literário”.(MEW, VII, 255)

Após a repressão da revolta operária de junho, o advento do bonapartismo parece constituir igualmente uma confirmação ulterior desta tese. Nos meses que precedem o golpe de Estado de 2 de dezembro, sob o impulso de sua obsessão antioperária e anti-socialista, a burguesia suprime o sufrágio universal (masculino),

³. Ver D. Losurdo, *Tra Hegel e Bismarck*. La rivoluzione del 1848 e la crisi della cultura tedesca, Roma, Editori Reuniti, 1983, pp. 71-107.

golpeia gravemente a imprensa operária e oposicionista, restringe o direito de associação e se empenha em introduzir ou restabelecer o monopólio clerical sobre o sistema de ensino. Segundo a análise de Marx, “a burguesia se dava conta justamente de que todas as armas que havia forjado contra o feudalismo apontavam agora para ela, que toda a cultura que havia gerado se rebelava contra sua própria civilização, que todos os deuses que havia criado a renegavam”.(MEW, VIII, 153) Uma classe que já fora iluminista e voltairiana via agora na “inconsciência e no emburrecimento violento” das massas a condição de sua manutenção no poder.(MEW, VII, 86) A decadência ideológica da burguesia mostrava-se com evidência e caráter irremediável ainda maiores devido ao fato de que parecia perfilar-se no horizonte a revolução destinada a criar uma nova ordem social: *As lutas de classe na França* descreve as provocações de Luís Bonaparte, no início de fevereiro de 1850, destinadas a suscitar um levante que a seguir poderia justificar a repressão mais brutal; mas “o proletariado não se deixou arrastar a uma *émeute* [um levante], posto que estava a ponto de fazer uma *revolução*”.(MEW, VII, 90-91)

Alguma dúvida a respeito de tal esquema deve talvez ter surgido em Marx, depois que ocorreu uma estabilização política em toda a Europa. E, no entanto, as dúvidas eventuais foram dispersas pelo desencadeamento da guerra franco-prussiana primeiro, pela Comuna de Paris depois, isto é, por acontecimentos que pareciam reabrir o ciclo revolucionário. “Paris em armas” é “a revolução em armas”; e “a classe operária” doravante se revela como “a única classe capaz de uma iniciativa social”.(MEW, XVII, 319 e 344) Ainda desta vez, como depois das jornadas de junho de 1848, a repressão feroz e sobretudo a incapacidade de compreender a gênese histórica dos acontecimentos e as razões das investidas a que se entregam as classes dominantes, empenhadas em escandalizar-se pelo “asqueroso estremecimento de barbárie”, tudo isto reforça em Marx a convicção da irremediável decadência ideológica da burguesia. O “Prefácio” de janeiro de 1873 à segunda edição d’ *O capital* declara que já soara “o toque de finados para a ciência econômica” e para a cultura da burguesia em seu conjunto. Não se tratava de um fenômeno que dissesse respeito só à França: depois de 1848, até na Inglaterra “a atividade de espadachins a soldo penetrou no reduto da pesquisa desinteressada; como a má consciência e a premeditação apologética o fizeram no reduto da indagação científica sem preconceitos”.(MEW, XXIII, 21).

A tese da decadência ideológica parece claramente formular-se a partir da convicção de que o ciclo histórico da burguesia se tivesse fechado, de tal modo que a revolução proletária estivesse na ordem do dia. No momento em que escreve *As lutas de classe na França*, Marx parece ter poucas dúvidas: a república burguesa que triunfou, sufocando no sangue a revolta operária de junho, tem “um único mérito, o de ser a *estufa da revolução*”; esta última avança de modo tanto mais imperioso pelo fato de que agora tornou-se claro ao proletariado que “a mais insignificante melhoria de sua situação é uma *utopia* no contexto da república burguesa, uma utopia que se torna delito tão logo quiser tornar-se realidade”.(MEW, VII, 93 e 33)

Como é óbvio, a periodização histórica, que percebe em 1848 um momento de virada decisiva, entra cada vez mais em crise à medida que avança o processo de consolidação do regime burguês. Cerca de um quarto de século mais tarde, a *Crítica do programa de Gotha* constata a estabilização ocorrida, ironizando a respeito da “democracia vulgar que vê na república democrática o milênio” realizado, sem imaginar as perturbações destinadas a superá-la: cujo momento, entretanto, ainda não parece haver chegado.(MEW, XIX, 29) Vinte anos mais e, na “Introdução” de 1895 às *Lutas de classe na França*, Engels procede de fato a uma nova periodização histórica, com a observação de que, com a chegada ao poder de Napoleão III, na França “concluía-se provisoriamente o período das revoluções de baixo para cima e seguia-se um período de revoluções de cima para baixo”; um período, este último, de que não parecia fácil prever o fim.(MEW, VII, 517)

Passemos a Gramsci. Que juízo formulou sobre a revolta operária de junho de 1848 e sobre a Comuna de Paris? Trata-se de uma revolta socialista, embora prematura? Não parece ser esta a opinião dos *Cadernos do cárcere*, cuja tendência é, pelo contrário, considerá-las como as últimas convulsões antes do assentamento do regime burguês. Somente com a Terceira República, depois de haver esmagado a oposição que lhe vem também, por assim dizer, da “esquerda”, a sociedade burguesa consegue uma estabilização, “depois de oitenta anos de convulsões e ondas cada vez mais distanciadas: 1789-1794-1799-1804-1815-1830-1848-1870”. O tempo cada vez mais longo que transcorre entre uma e outra indica que se trata das sacudidas do assentamento de um regime que começa a assumir forma e estabilidade:

(...) só em 1870-1871, com a tentativa comunalista, exaurem-se historicamente todos os germes nascidos em 1789, isto é, não só a nova classe que luta pelo poder derrota os representantes da velha sociedade que não quer confessar-se decididamente superada, como derrota também os novíssimos grupos que acham já superada a nova estrutura saída da virada começada em 1789, demonstrando, assim, sua vitalidade tanto no confronto com o antigo quanto no confronto com o novíssimo.(Q, 1581-1582)

Outubro assinala o início do ciclo das revoluções proletárias e da derrubada em nível internacional do sistema capitalista? Gramsci deve certamente ter partilhado por algum tempo desta ilusão coletiva do movimento comunista internacional em seu conjunto. Mas os *Cadernos do cárcere* parecem distanciar-se dela ao sublinhar que, depois da repressão da insurreição da Comuna, a Terceira República francesa conheceu “sessenta anos de vida política equilibrada”.(Q, 1581-1582) A Primeira Guerra Mundial e a revolução socialista que deu origem à União Soviética não parecem ter influído radicalmente na história da França; em vez disto, “a guerra não debilitou mas, sim, reforçou a hegemonia; não houve tempo para pensar: o Estado entrou em guerra e quase imediatamente depois o território foi invadido [o que reforçou o senso de solidariedade nacional e por conseguinte a base social de consenso do regime burguês]. A passagem da disciplina da paz à da guerra não exigiu uma crise grande demais”.(Q, 1640) Mais em geral, no que diz respeito ao Ocidente

em seu conjunto, é verdade que, “no período do pós-guerra, o aparato hegemônico se fende e o exercício da hegemonia torna-se permanentemente difícil e aleatório”.(Q, 1638) As “democracias modernas”, entretanto, continuam a apresentar-se como uma “estrutura maciça” e articulada em toda uma série de “trincheiras”; posto que “só no relativo às colônias, onde ainda estão vigentes as formas que alhures estão superadas e se tornaram anacrônicas” (Q, 1567), pode-se falar de guerra de movimento.

4. Decadência ideológica ou revolução passiva?

A categoria de decadência ideológica parece implicar um processo de reação generalizada, com substancial adesão, por conseguinte, à visão das classes diferentes do proletariado como uma única “massa reacionária”. Mas tal tese, enunciada por Lassalle, é a mira da dura polêmica da *Crítica do programa de Gotha*, que insiste em rechaçar qualquer redução do papel desempenhado pela burguesia àquele desempenhado pelas “classes feudais”. Será uma tese válida somente para a Alemanha, isto é, para um país em que o peso do antigo regime se faz sentir mais fortemente? Na realidade, Marx sublinha o papel revolucionário da burguesia não apenas “diante das classes feudais” como também “dos estratos médios”.(MEW, XIX, 22-23) Em todo caso, é difícil considerar menos progressista do que a alemã a burguesia francesa, protagonista da Terceira República e de incisivas reformas políticas e sociais.

Num plano mais geral, no período histórico subsequente à pretensa virada de 1848, esporeadas pelo movimento operário, as classes dominantes, mesmo se através de um processo tormentoso e contraditório, vêm-se obrigadas a prosseguir no caminho da ampliação do sufrágio a estratos populares cada vez mais vastos. É um fato relevante também culturalmente: a crítica à restrição censitária dos direitos políticos, inicialmente um apanágio somente da tradição jacobina e do movimento socialista, acaba penetrando nos ambientes mais avançados da burguesia liberal. Esta última é forçada a recuar da tradicional visão dos trabalhadores assalariados como “instrumentos de trabalho” e “máquinas bípedes”, como seres sub-humanos e membros, por assim dizer, de uma raça diferente e inferior em relação à que constitui a classe dominante.

É verdade que o processo que suprime a visão racista em relação aos trabalhadores assalariados da metrópole capitalista se enlaça com um processo de enquadramento mais violento, também racista, das populações coloniais.⁴ Neste sentido, a emancipação e o seu contrário se ligam: mas isto é bem diferente da reação generalizada pressuposta implicitamente pela categoria de decadência ideológica. Naqueles decênios, a burguesia liberal européia acaba revelando o seu rosto mais repulsivo nas colônias: lá, exatamente, onde o juízo de Marx e Engels, também eles condicionados pelo eurocentrismo geral da cultura da época, revela-se mais ambíguo e às vezes até benévolo.

⁴. Cf. D. Losurdo, *Democrazia o bonapartismo*. Trionfo e decadenza del suffragio universale. Turim, Bollati Boringhieri, 1993, capítulo 1.

Gramsci, pelo contrário, agindo num período histórico diferente, critica já antes da Revolução de Outubro o eurocentrismo, o “*egocentrismo*” de “nós, europeus”. Estes se crêem “o centro do universo” e ignoram nas colônias “os grandes movimentos de atividade humana, em que já se estão elaborando acontecimentos que poderão ter repercussões decisivas sobre nossos destinos”.(CT, 258) Mais tarde, o revolucionário italiano valoriza a lição de Lenin no relativo à questão nacional e colonial. Pelo contrário, no que concerne à metrópole capitalista, é significativo o quadro que, partindo da categoria de revolução passiva, os *Cadernos* traçam do desenvolvimento econômico e político da França, o qual começa em 1789 e, sem deter-se na Revolução de 1848, dura, em linhas gerais, até a época do imperialismo e da guerra mundial”:

A base econômica, devido ao desenvolvimento industrial e comercial, expande-se e se aprofunda continuamente, os elementos mais ricos de energia e de espírito empresarial se alçam da classe inferior às classes dirigentes, a sociedade inteira está em contínuo processo de formação e de dissolução, seguida por formações mais complexas e ricas em possibilidades (...). Neste processo alternam-se tentativas de insurreição e repressões desapiedadas, ampliações e restrições do sufrágio político, liberdade de associação e restrições ou anulação de tal liberdade, liberdade no campo sindical, mas não no político, formas diversas de sufrágio (...).(Q, 1637)

A partir da derrota operária e popular de junho de 1848 e daquela de 1871, tem início na França e na Europa, segundo Gramsci, uma fase de revolução passiva, que nem se identifica com a contra-revolução nem, menos ainda, com a queda ideológica e política da classe dominante. A categoria de revolução passiva é usada nos *Cadernos* para denotar a persistente capacidade de iniciativa da burguesia, a qual, mesmo na fase histórica em que deixou de ser uma classe propriamente revolucionária, consegue produzir transformações político-sociais às vezes importantes, conservando solidamente nas próprias mãos o poder, a iniciativa e a hegemonia e deixando as classes trabalhadoras em sua condição subalterna. A categoria de revolução passiva revela-se muito mais adequada do que a de decadência ideológica para ler os acontecimentos subseqüentes à Revolução de 1848.

5. Decadência ideológica, mecanicismo e impaciência revolucionária

Precisamos agora perguntar-nos quais foram as razões do apego de Marx e Engels a tal categoria. A periodização histórica que, em seus escritos, começa a apagar-se à medida que se delinea o processo de estabilização do regime burguês deveria fazer entrar definitivamente em crise a tese de 1848 como virada decisiva que assinalaria a passagem da burguesia europeia no seu conjunto a uma fase de reação generalizada. Como demonstra a revolução de cima para baixo promovida por ela, a classe dominante ainda é capaz de iniciativa política e, portanto, cultural também; a conservação e o reforço do poder político da burguesia não coincidem com a estagnação e a putrefação desta classe social. Engels não parece querer renegar a

teoria da decadência ideológica, a qual termina por emergir até mesmo das teses aparentemente caracterizadas por uma abertura maior. Celebrando “a ciência [que] procede de uma maneira decidida e sem preconceitos” e o “senso teórico” que desdenha a acomodação ideológica, Engels reivindica para o proletariado a herança da filosofia clássica alemã. Mas esta aparece nitidamente oposta ao desenvolvimento filosófico e cultural subsequente, o qual continua, deste modo, a ser recusado em bloco, sem nuances e diferenciações internas:

Com a Revolução de 1848, a Alemanha ‘cultura’ despediu-se da teoria e se colocou no terreno da atividade prática. (...) Mas à medida que a especulação saía do gabinete de trabalho do filósofo e erigia seu próprio tempo na bolsa de valores, na mesma medida perdia-se mesmo para a Alemanha aquele grande senso teórico que havia constituído sua glória no período da sua mais profunda decadência política: o senso da pesquisa científica pura, independentemente do fato de que o resultado obtido fosse ou não utilizável na prática, fosse ou não contrário aos regulamentos policiais. (...) E no campo das ciências históricas, inclusive a filosofia, juntamente com a filosofia clássica desapareceu na verdade o velho espírito teórico sem preconceitos. (...) Os representantes oficiais desta ciência se transformaram em ideólogos declarados da burguesia e do Estado vigente; e isto, numa época em que ambos estão em antítese aberta com o proletariado. (MEW, XXI, 306-307)

Olhando-se bem, mais do que decorrer de uma análise histórica concreta, a tese da decadência ideológica irremediável da burguesia no pós-1848 deriva em forma imediata de um pressuposto teórico, sobre cuja validade agora convém que nos interroguemos. Mesmo antes de 1848, a *Ideologia alemã* já exprimia a opinião de que “quanto mais a forma normal de relações na sociedade, portanto as condições da classe dominante, desenvolve a sua oposição contra as forças produtivas que progrediram (...), tanto mais falsa se torna naturalmente a consciência” da própria classe dominante, doravante inclinada e de certo modo obrigada pela lógica objetiva da defesa do seu poder e dos seus interesses a recorrer à “hipocrisia premeditada”. (MEW, III, 274) Tendo-se já iniciado, como insiste também o *Manifesto do partido comunista*, a “rebelião das modernas forças produtivas” contra as relações de produção e de propriedade burguesas (MEW, IV, 467), segue-se que já teve início também a decadência ideológica e política da burguesia.

Com “o seu retorno periódico”, as “crises comerciais” ali estão a demonstrar que, doravante, a burguesia dominante “assemelha-se ao bruxo que já não consegue dominar os poderes subterrâneos por ele invocados”, isto é, as novas forças produtivas. (MEW, IV, 467) Mas, segundo Gramsci, é preciso distinguir a “crise orgânica” da “crise conjuntural”, das “flutuações conjunturais”. (Q, 1078 e 1588) Trata-se de um problema que Marx e Engels não parecem formular, pelo menos nos anos próximos de 1848. A rebelião indomável das novas forças produtivas parecia já demonstrada pela existência mesma de uma teoria crítica da sociedade burguesa. Para dizê-lo, citando a *Ideologia alemã*, “quando estas teoria, teologia, filosofia, moral, etc.

entram em contradição com as relações existentes, isto só pode acontecer devido a que as relações sociais vigentes entraram em contradição com as forças produtivas tais como existem”.(MEW, III, 31-32) O fato de que intelectuais de extração burguesa (como Marx e Engels) cerrem fileiras com o proletariado é a prova definitiva da maturidade e talvez mesmo da iminência da revolução social:

Nos períodos em que a luta de classes se aproxima do momento decisivo, o processo de dissolução no seio da classe dominante, no seio de toda a velha sociedade, assume um caráter tão violento, tão áspero, que uma pequena parte da classe dominante se destaca dela para unir-se à classe revolucionária, aquela que tem o futuro nas mãos. Por tal razão, como no passado uma parte da nobreza passou à burguesia, agora uma parte da burguesia passa ao proletariado; em especial, uma parte dos ideólogos burgueses que chegaram a compreender teoricamente o movimento histórico em seu conjunto.(MEW, IV, 471-472)

Deste modo, acaba por instituir-se uma relação mecanicista entre a economia e a ideologia: acaso uma crítica da sociedade burguesa só se torna possível devido ao amadurecimento da revolução social? Engels em outra ocasião se expressa de forma bem diversa: “Para que pudessem ser asseguradas pelo menos as conquistas da burguesia que estavam maduras e prontas para serem colhidas, era preciso que a revolução ultrapassasse a sua meta, exatamente como aconteceu na França em 1793 e na Alemanha em 1848. Parece que seja esta uma das leis da evolução da sociedade burguesa”.(MEW, XXII, 301) A emergência de um grupo de intelectuais radicais e de tendências socialistas é um índice do grau de dissolução da sociedade burguesa? Vejamos a análise que faz Marx do período que precede o desencadear da Revolução de 1848 na Prússia:

A burguesia, ainda fraca demais para empreender medidas concretas, viu-se obrigada a arrastar-se por trás do exército teórico guiado pelos discípulos de Hegel contra a religião, as idéias e a política do velho mundo. Em nenhum período precedente a crítica filosófica foi tão audaz, tão poderosa e tão popular quanto nos primeiros oito anos do domínio de Frederico Guilherme IV (...) a filosofia devia o seu poder, durante este período, exclusivamente à fraqueza política da burguesia. Posto que os burgueses não tinham como atacar frontalmente as instituições envelhecidas, tiveram de deixar a direção [Vorrang] aos audazes idealistas que as atacavam frontalmente no terreno do pensamento.(MEW, XII, 684)

Num tal quadro, Engels insere a atividade da própria *Rheinische Zeitung* dirigida por Marx.(MEW, VIII, 19) Assim, portanto, à véspera da revolução burguesa na Prússia, a aspereza da luta para a derrubada do antigo regime estimula a emergência de um grupo de intelectuais com posições radicais ao ponto de incluir em suas fileiras aquele que logo escreverá o *Manifesto do partido comunista*; e, durante um certo período, não podendo dispor de intelectuais orgânicos próprios, a burguesia deixa um amplo espaço a intelectuais a ela hostis ou potencialmente hostis. Nesta fase, apesar

da presença consistente de intelectuais de orientação socialista proveniente das fileiras das classes proprietárias, a burguesia, longe de estar imersa num processo de dissolução, deve ainda conquistar o poder político.

O fato é que, como sublinha *A ideologia alemã*, devido à divisão do trabalho, com frequência se desenvolvem contradições e tensões entre grupos ideológicos de um lado e frações empresariais da burguesia de outro.(MEW, III, 47) A ação de intelectuais de extração burguesa cerrando fileiras ao lado do proletariado não implica necessariamente a maturidade da revolução social: ela pode explicar-se sem dificuldade a partir do funcionamento e nível de conflito ordinários da sociedade burguesa existente. Tanto mais, como sublinha o próprio Marx, que “a burguesia está continuamente em luta”, até mesmo no seu interior, em nível nacional ou internacional, e que tais conflitos “favorecem de diversas maneiras o processo de desenvolvimento do proletariado”; mas também – pode-se agregar, sempre citando o Manifesto – de “uma parte dos ideólogos burgueses” que conseguem assim “compreender teoricamente o movimento histórico em seu conjunto”.(MEW, IV, 471-472)

O mecanicismo paga-se com a impaciência revolucionária. Se um ciclo burguês chegou ao fim, como demonstram a rebelião das forças produtivas e o fato resultante dos próprios intelectuais de extração burguesa cerrarem fileiras ao lado do proletariado, cada um dos “retornos periódicos” das “crises comerciais” pode transformar-se numa crise revolucionária decisiva. É significativo o balanço que traça Marx dos acontecimentos de 1848 após a repressão da revolta operária de junho e a consolidação do poder burguês nos planos político e econômico:

Dada esta prosperidade universal, em que as forças produtivas da sociedade burguesa se desenvolvem com aquela superabundância que é em geral possível nas condições burguesas, não se pode falar de uma verdadeira revolução (...). *Uma nova revolução não é possível a não ser após uma nova crise. No entanto, tanto uma quanto a outra são igualmente seguras.*(MEW, VII, 98)

Num certo sentido, estamos diante de uma terceira versão da teoria da revolução, a qual tem em comum com aquela exposta n’ *O capital* o fato de fazer com que a revolução derive, não de um entrelaçamento de contradições mas, sim, da economia em forma imediata; só que, neste último caso, não se acha necessário esperar que o processo de concentração capitalista transforme o proletariado na esmagadora maioria da população: a revolução socialista é pensada fundamentalmente segundo o modelo de um golpe de Estado jacobino, cujos protagonistas deveriam ser, neste caso, os operários radicalizados pela crise econômica.

Gramsci procede a uma crítica radical da visão economicista do processo revolucionário: “Pode-se excluir que, por si mesmas, as crises econômicas imediatas produzam eventos fundamentais”; é só a “história vulgar que, em forma apriorística, *acha* uma crise que coincida com as grandes rupturas do equilíbrio social”. Isto vale para a própria Revolução Francesa: “não se pode dizer que a catástrofe do Estado absolutista se devesse a uma crise de empobrecimento”.(Q, 1587)

6. O anarquismo e a deslegitimação da modernidade

Um equilíbrio difícil entre legitimação e crítica da modernidade caracteriza a leitura feita por Marx do processo histórico que leva ao desenvolvimento do capitalismo. De um lado, o *Manifesto* reconhece e até celebra, como se sabe, a enorme contribuição da burguesia ao desenvolvimento das forças produtivas e também à difusão do saber e de um espírito crítico desconhecido no contexto do precedente isolamento provincial e da obtusa vida patriarcal à sombra do campanário. De outro lado, *O capital* sublinha o grau em que a modernidade capitalista está embebida de lágrimas e de sangue – modernidade que decola a partir do tráfico de escravos negros deportados sobretudo pela Inglaterra liberal e revendidos na América, isto é, com as palavras de Marx, da “transformação da África numa reserva de caça aos peles-negras” – a expressão empregada contém uma alusão transparente à também trágica sorte dos peles-vermelhas, ou seja, à “destruição, escravização e sepultamento dos indígenas nas minas” –, além de outros “processos idílicos” do mesmo gênero. (MEW, XXIII, 779 e 781)

Convém sublinhar que o equilíbrio entre crítica e legitimação da modernidade é algo difícil. Marx tem uma visão dramática do progresso, acentua os seus enormes custos, calados pelos ideólogos burgueses: “Acaso a burguesia (...) deu alguma vez um passo à frente sem arrastar os indivíduos e povos através do sangue e da imundície, da miséria e do embrutecimento?” É certo que, graças à expansão colonial, aquela classe “criou as bases materiais do mundo novo: de um lado a troca de todos com todos, baseada na mútua dependência dos homens, e os meios para tal troca; do outro, o desenvolvimento das forças produtivas humanas e a transformação da produção material num domínio científico sobre os fatores naturais”. Mas este desenvolvimento pagou-se com perdas e sofrimentos enormes: unicamente com a vitória da revolução proletária “o progresso humano deixará de assemelhar-se àquele horrível ídolo pagão que só queria beber o néctar nas caveiras dos sacrificados”. (MEGA, I, 12, pp. 251-253)

É bom ter presente que, no âmbito do movimento revolucionário, a este balanço baseado num equilíbrio sofrido se contrapõe desde o início aquele bem diverso traçado por Bakunin, que parece às vezes condenar, juntamente com a modernidade, a ciência como tal. Um artigo de 1869 é revelador:

O que constitui principalmente, hoje, o poderio dos Estados? É a ciência. Sim, é a ciência. Ciência do governo, da administração; e ciência de tosquiar o rebanho popular sem fazê-lo gritar muito e, quando começasse a gritar, ciência de impor-lhe o silêncio, a paciência e a obediência por meio de uma força cientificamente organizada; ciência de enganar e dividir as massas populares, de mantê-las sempre numa salutar ignorância a fim de que nunca possam, ajudando-se mutuamente e reunindo os seus esforços, criar uma força capaz de arruinar os Estados; ciência militar sobretudo, com todas as suas armas aperfeiçoadas e aqueles formidáveis instrumentos de destruição que ‘fazem maravilhas’; ciência da engenharia, que criou os navios a vapor, as ferrovias e os

telégrafos: as ferrovias que, utilizadas pela estratégia militar, decuplicam o poderio defensivo e ofensivo dos Estados, os telégrafos que transformam qualquer governo num Briareu com cem, mil braços, fornecendo-lhe a possibilidade de estar presente, agir e golpear por toda parte, criam a centralização política mais formidável que jamais haja existido no mundo.⁵

O desenvolvimento tecnológico e das forças produtivas avança paralelamente ao agravamento da “escravidão” da grande massa: “basta-nos dar o exemplo das máquinas para que qualquer operário e qualquer partidário sincero da emancipação do trabalho nos dê razão”. A conclusão que se impõe neste caso é que a “ciência burguesa” é recusada e combatida da mesma maneira que a “riqueza burguesa”, tanto mais que “os modernos progressos da ciência e das artes” causam o agravamento da “escravidão intelectual”, além da “material”.⁶ Tal visão, semelhante à dos luditas, entrelaça-se estreitamente com um balanço histórico que liquida a modernidade até mesmo no plano mais propriamente político. O regime representativo não constitui qualquer progresso e é pintado com cores escuras como algo repugnante: o sistema representativo é como Saturno, que “representava os seus próprios filhos à medida que os devorava”.⁷ Por outro lado, os desenvolvimentos científicos só servem para “reforçar o poderio dos Estados, aqueles eternos protetores de todas as iniquidades políticas e sociais”;⁸ o mesmo resultado acabam tendo também os movimentos políticos aparentemente de emancipação: basta pensar na história da França, caracterizada por uma férrea continuidade sob a égide do “despotismo de Estado” que reúne bonapartismo, jacobinismo⁹ e até os “socialistas de Estado” que protagonizaram a revolta operária de junho de 1848.¹⁰

7. Gramsci e o distanciamento em relação às teses da “putrefação” e da “queda” do imperialismo

O equilíbrio difícil que vimos em Marx entre a legitimação e a crítica da modernidade entra em crise com a segunda Guerra dos Trinta Anos, isto é, com o trágico período que vai de 1914 a 1945. Como demonstração da “rebelião” das novas forças produtivas contra as velhas relações de produção e de propriedade, o *Manifesto* citara as crises periódicas de superprodução, com sua seqüela de destruição de riqueza social: bem pouca coisa em comparação com a hecatombe de vidas humanas e bens materiais provocada pela Primeira Guerra Mundial, isto é, pela concorrência desenfreada das várias burguesias imperialistas. A crescente “rebelião” das forças produtivas e a barbárie da guerra parecem agora constituir a confirmação definitiva do

⁵. M. Bakunin, “L’istruzione integrale”, in *Stato e anarchia e altri scritti*, Milão, Feltrinelli, 1968, pp. 270-271 (trata-se de artigo de 1869, publicado em *L’Égalité*).

⁶. Id., *Ibid.*, pp. 269-272 (mesmo texto).

⁷. Id., *Ibid.*, “Circolare ai miei amici d’Italia”, p. 397 (texto de 1871).

⁸. Id., *Ibid.*, artigo citado na nota 5 acima, p. 270.

⁹. Idem, “Carta a Ch. L. Chassin (abril de 1868)”, in *Staatlichkeit und Anarchie und andere Schriften*, organizado por H. Stucke, Frankfurt a.M.-Berlim-Viena, Ullstein, 1981, p. 724.

¹⁰. Id., *Ibid.*, “Der Sozialismus”, pp. 67-68.

fato de estar moribunda a burguesia, no plano político tanto quanto nos planos ideológico e cultural. Compreende-se facilmente, então, a configuração do imperialismo como fase de putrefação radical e irreversível a que procede Lenin, fase no âmbito da qual a burguesia mostra-se incapaz de desenvolver-se no plano propriamente econômico e de tomar iniciativas no plano ideológico e político. Relendo o célebre opúsculo dedicado a este tema pelo dirigente revolucionário, percebe-se que conserva ainda uma clara atualidade no que diz respeito à análise do imperialismo como tendência das grandes potências à hegemonia, à rivalidade e ao choque, mas que, pelo contrário, está completamente obsoleto quanto à definição do capitalismo monopolista como simples putrescência.

Nos seus pontos fracos, a teoria leninista do imperialismo como capitalismo doravante em irremediável “putrefação” é de alguma maneira devedora da tese, cara a Marx e Engels, da decadência ideológica da burguesia pós-1848.

As precauções e distinções aplicadas pelo dirigente revolucionário russo parecem depois dissolver-se no interior do movimento comunista. A instabilidade econômica do pós-guerra e mais tarde a eclosão da grande crise de 1929, o avanço do fascismo e a agudização progressiva das contradições internacionais que a seguir se focalizariam em um novo e desastroso conflito mundial, tudo isto parece confirmar a tese da agonia política e cultural de todo um sistema social. Em tal contexto é preciso colocar a emergência da categoria de “social-fascismo”, a qual, radicalizando em forma extrema a tese da decadência, acaba por deixar de lado a advertência de Marx contra o esquematismo de uma visão da sociedade reduzida a uma única “massa reacionária”.

Em certo sentido, assistimos a uma revivescência da teoria da queda, desta vez num ambiente já não social-democrata mas, sim, comunista. Não se trata, naturalmente, da espera de que o sistema capitalista caia por si mesmo, independentemente da luta organizada da classe antagonista: é evidente que, dada a presença no passado próximo da lição de Lenin e do *Que fazer?*, a transformação revolucionária continua a pressupor a iniciativa política consciente de um partido de vanguarda. Todavia, a partir da configuração do imperialismo como fase de putrefação radical e irreversível, a burguesia, incapaz de desenvolvimento no plano propriamente econômico e de iniciativa nos planos ideológico e político, já parece apresentar um encefalograma em linha reta.

Neste sentido é que, com poucas exceções, movem-se as análises não apenas da Internacional Comunista como também dos intelectuais marxistas mais prestigiosos. Em 1938, Lukács dedica um estudo a Marx e ao problema da decadência ideológica; ao fazê-lo, subscreve plenamente a periodização histórica já mencionada, contida no “Prefácio” à segunda edição d’ *O capital*, e retoma o tema da burguesia pós-1848 como classe cujas ciência e cultura apresentam-se desde então em “decomposição”.¹¹ Este o ponto do qual partir para compreender as posições forçadas

¹¹. G. Lukács, “Marx e il problema della decadenza ideologica”, in *Il marxismo e la critica letteraria*, 2^a ed., Turim, Einaudi, 1964, pp. 148-149.

presentes mais tarde na *Destruição da razão*, mesmo sendo preciso acrescentar que, felizmente, o filósofo húngaro nem sempre é coerente com seus pressupostos fundamentais, posto que acaba por reconhecer o vigor teórico de autores que, no entanto, deveriam representar de uma maneira eminente a “decomposição” que teria atingido a cultura burguesa.¹²

Por fim, em nosso século assistimos a um capítulo grotesco na história do tema marxiano da decadência ideológica. Em seus últimos anos de vida, voltando a considerar a análise do imperialismo por Lenin e as precauções nela contraditoriamente presentes, Stalin perguntara: “Poder-se-ia afirmar ser válida ainda a conhecida tese de Lenin, por ele enunciada na primavera de 1916, de que, não obstante a sua putrefação, ‘no seu conjunto o capitalismo cresce a um ritmo incomparavelmente mais rápido do que no passado’? Acredito que não seja possível afirmá-lo.”¹³ Na esteira desta radicalização adicional da tese da decadência e da putrefação, mesmo às vésperas da queda do “socialismo realmente existente”, os ideólogos do regime, na Europa do Leste, continuavam a insistir, por exemplo, na República Democrática Alemã, na categoria de *Spätkapitalismus*, ou seja, de capitalismo tardio, capaz unicamente de exprimir a cultura de uma classe há muito agonizante e que sobrevivera até a si mesma.

É preciso acrescentar, porém, para voltar ao período entre as duas guerras mundiais, que o tema em questão fez sentir sua influência, de diversas maneiras, mesmo fora do movimento comunista propriamente dito. Ele estava bem presente no interior da Escola de Frankfurt, com a variante (e agravante adicional) de que até o proletariado participa da decadência, sendo incapaz de constituir uma alternativa, condenado ele mesmo, segundo Horkheimer, à esterilidade e à “impotência” ideológica, devido às condições objetivas que se haviam criado no mundo contemporâneo.¹⁴ Nenhuma força social e política tem condições de opor-se ao “novo gênero de barbárie” ou de subtrair-se ao “esfacelamento presente da civilização burguesa”, sendo geral “a decadência da cultura teórica”.¹⁵ a única exceção estaria representada pelo insignificante grupo de intelectuais que alimentam a “teoria crítica” num mundo, aliás, incapaz de acolhê-la e, talvez, até mesmo de compreendê-la.

Podemos partir utilmente daí para ilustrar as posições diferentes de Gramsci, que registra com interesse a publicação de um livro sobre a grande crise publicado por Grossmann (Q, 890 e 1279), um autor ligado à Escola de Frankfurt. Mas os *Cadernos do cárcere* não compartilham a previsão catastrofista. Seu autor não havia percorrido em vão a crítica que, no final do século XIX, desenvolvera Croce acerca da “lei

¹². Ver D. Losurdo, “Lukács e la distruzione de la ragione”, in D. Losurdo, P. Salvucci e L. Sichirrollo (orgs.), *György Lukács nel centenario della nascita 1885-1985*, Urbino, Quattro Venti-Istituto Italiano per gli Studi Filosofici, 1986, pp. 135-162. O texto é de 1938.

¹³. J. Stalin, *Problemi economici della costruzione del socialismo*, 1952.

¹⁴. M. Horkheimer, *Crepuscolo*. Appunti presi in Germania 1926-1931, trad. de G. Backhaus, Turim, Einaudi, 1977, pp. 62-68. O texto original alemão é de 1934.

¹⁵. M. Horkheimer e T. W. Adorno, *Dialettica dell'illuminismo*, organização de R. Solmi, Turim, Einaudi, 1982, p. 3. O original alemão é de 1944.

marxista da queda da taxa de lucro”.¹⁶ Respondendo às objeções do filósofo napolitano, Gramsci sublinha a natureza por assim dizer duplamente tendencial da lei formulada por Marx:

Já que toda lei em Economia Política não pode deixar de ser tendencial, posto que se obtém isolando certo número de elementos e deixando de lado ao mesmo tempo as forças que operam em sentido contrário, seria talvez necessário distinguir em grau maior ou menor o seu caráter tendencial; e, embora habitualmente o adjetivo ‘tendencial’ se subentenda como algo óbvio, pelo contrário, insiste-se nele quando o caráter tendencial torna-se um traço organicamente relevante.(Q, 1279)

Temos aí, portanto, um nítido distanciamento em relação à teoria da queda em qualquer de suas variantes. Neste contexto se coloca a atitude reservada que assume Gramsci diante da tese da putrefação, cara a Lenin. É verdade que ele também insiste, na esteira do opúsculo do dirigente bolchevique dedicado à análise do imperialismo, no peso crescente dos “improdutivos parasitários”. Ao denunciarem o aumento de “uma categoria de ‘rentistas’ que não desempenha função produtiva econômica alguma que seja necessária e indispensável, mas absorve uma imponente parcela de rendimentos” (Q, 793), os *Cadernos do cárcere* claramente se apóiam na opinião de Lenin, que já sublinhara “o aumento da classe ou melhor dizendo da camada dos *rentiers*, isto é, de pessoas que vivem do ‘corte de cupons’, não participam de qualquer empreendimento e têm o ócio por profissão”. Lenin observa também que, confirmando o caráter parasitário do imperialismo, “na Inglaterra uma parcela cada vez maior da terra é subtraída à agricultura para ser dedicada ao esporte, ao divertimento dos ricos”.(L, XXII, 276 e 281) Mesmo esta observação parece ser ecoada por Gramsci, que, por sua vez, acentua a presença particularmente acentuada, na Inglaterra, “de ‘parasitas rituais’, isto é, de elementos sociais empregados, não na produção direta mas, sim, na distribuição e como servidores [pessoais] das classes proprietárias”.(Q, 1132)

As ênfases, no entanto, são sensivelmente diferentes nos autores aqui confrontados! O fato é que, ao contrário de Lenin – dado que não deve ser perdido de vista –, Gramsci vive a experiência do fascismo e da estabilização do capitalismo. Sim, os *Cadernos do cárcere* sublinham o obstáculo ao desenvolvimento tecnológico e industrial constituído pela presença, na Europa, de “detritos de velhos estratos esfacelados” (Q, 2179), os quais, entretanto, não formam o conjunto da sociedade capitalista como tal. Especialmente significativa é a análise desenvolvida nos *Cadernos* sobre os Estados Unidos: devido à ausência de um passado feudal a ser suportado, estão ausentes o “exército de parasitas” e as “classes absolutamente parasitárias” que caracterizam o velho continente (Q, 2140-2141), embora não faltem “parasitas novos” ligados à especulação financeira e às bolsas de valores (Q, 1348); e, exatamente por causa desta composição demográfica mais racional, os Estados

¹⁶. Cf. B. Croce, “Una obiezione alla legge marxistica della caduta del saggio di profitto”, in *Materialismostorico ed economia marxistica*, Bari, Laterza, 1973, pp. 139-150. O artigo de Croce é de 1899, o livro foi publicado primeiro em 1900.

Unidos são capazes de introduzir “uma forma moderníssima de produção”. No conjunto, parece que se esteja assistindo à “substituição da camada plutocrática atual por um novo mecanismo de acumulação e distribuição do capital financeiro cuja base imediata é a produção industrial”.(Q, 2139-2140)

O que chama a atenção, de um lado, é a capacidade de descrever sem indulgência a situação em um país considerado imperialista, de outro, a de perceber a capacidade de resistência e de futuro do modelo norte-americano. Gramsci formula a “questão de se o americanismo [pode] constituir uma ‘época histórica’, isto é, [pode] determinar um desenvolvimento gradual do tipo, examinado alhures, das ‘revoluções passivas’ próprias do século passado, ou se, contrariamente, represente apenas a acumulação celular de elementos destinados a produzir uma ‘explosão’, ou seja, uma virada do tipo francês” (Q, 2140): ele pende para a primeira hipótese.

8. Liquidação da modernidade, escatologia e anarquismo no marxismo do século XX

Depois de seu encontro com o anarquismo, o difícil equilíbrio entre legitimação e crítica da modernidade que caracteriza a obra de Marx entra em crise com a Primeira Guerra Mundial. A experiência terrível do massacre, no caso dos diversos Estados em luta, incluindo os liberais e democráticos, os quais se comportam efetivamente como Molocs sangüinários, decididos a sacrificar milhões e milhões de seres humanos no altar da defesa da pátria (na realidade, da concorrência imperialista), tal experiência traumática não pode deixar de reforçar as tendências à liquidação da modernidade. Trata-se de uma tendência que se manifesta com força especial na Alemanha – onde o impacto do conflito é mais devastador do que alhures – e acha sua expressão mais completa, ainda durante o desencadear da barbárie do Terceiro Reich e das devastações da Segunda Guerra mundial, na *Dialética do iluminismo*, de Horkheimer e Adorno.¹⁷

Neste contexto devemos colocar a irrupção, no interior dos próprios ambientes marxistas, de tendências de certo modo escatológicas. O jovem Bloch é descrito em alguns testemunhos como um “judeu apocalíptico catolicizante”, ou como “um novo filósofo judeu (...) que acreditava manifestamente ser o precursor de um novo Messias”.¹⁸ O próprio filósofo, depois de definir-se como “um judeu com consciência racial”,¹⁹ enfatiza e celebra como característica central do “sentimento judaico do mundo” a “tensão (...) direcionada a uma meta messiânica ainda não existente e localizada além do mundo”.²⁰ O futuro pós-capitalista parece então assumir uma dimensão mais moral e religiosa do que política. Os soviets têm a função de pôr termo não somente a “toda economia privada” como também a toda

¹⁷. Sobre isto, ver D. Losurdo, *La comunità, la morte, l'Occidente*. Heidegger e l' “ideologia dela guerra”, Turim, Bollati Boringhieri, 1991, capítulo VII.

¹⁸. Ver M. Löwy, *Redenzione e utopia*. Figure della cultura ebraica mitteleuropea, trad. de D. Bidussa, Turim, Bollati Boringhieri, 1992, p. 147. O original francês é de 1988.

¹⁹. E. Bloch, *Briefe 1903-1975*, Frankfurt a.M., Suhrkamp, 1985, vol. I. pp. 232-233.

²⁰. Idem, *Geist der Utopie*, Frankfurt a.M., Suhrkamp, 1971, pp. 321-322. A primeira edição é de 1918.

“economia do dinheiro” e, com esta, à “moral mercantil que consagra o que existe de pior no homem”: devem realizar a “transformação do poder em amor”.²¹

Considerações análogas são possíveis para o jovem Lukács. Marianne Weber enxerga-o animado de “esperanças escatológicas” e voltado para o “objetivo final” da “redenção do mundo” após uma “luta final entre Deus e Lúcifer”.²² Mesmo tratando-se de uma descrição tendenciosa, pense-se na configuração do seu próprio tempo a que procede o jovem Lukács, como a “época da pecaminosidade realizada”.²³ Por fim, o messianismo de um autor como Benjamin é declarado.

A espera de um início da história absolutamente novo é apropriado para que se faça tábua rasa do passado, condenado no seu conjunto como história do poder e do domínio, portanto, como negação da interioridade e do espírito: tal atitude não pode deixar de favorecer o desenvolvimento de tendências anarquistas. Vimos que a idéia de representação em Bakunin faz pensar em Saturno. Durante a Primeira Guerra Mundial, mesmo os Estados liberais ou liberal-democratas funcionam efetivamente da maneira descrita pelo líder anarquista, imolando com toda a tranqüilidade milhões de seres humanos e de “representados” num gigantesco rito sacrificial. Trata-se de uma situação que provoca um estado de espírito eficazmente descrito por um interlocutor judeu do jovem Lukács no verão de 1915:

Guerra é uma designação enganosa para este dilaceramento da Europa. Acaso se trata de algo diferente do crepúsculo do mundo europeu e de um sinistro destino coletivo? E, em todos nós que estamos atrelados à máquina do Estado, de todos os Estados, não deveria, nesta fraternidade de sofrimento, florescer um novo sentimento de fraternidade e amor aos homens, o qual destruísse por fim esta máquina?”²⁴

O Estado enquanto tal acaba por mostrar-se a toda uma geração como “o Moloc do militarismo”, pronto em qualquer momento a “engolir” a vida do indivíduo. É o caso do jovem Lukács, que argumenta assim:

É, porém, um pecado mortal contra o espírito tudo o que ocupou o pensamento alemão depois de Hegel: fornecer uma consagração metafísica a qualquer poder. Sim, o Estado é um poder – mas deve ser por tal razão reconhecido como existente, no sentido utópico da filosofia, no sentido essencial de agente da verdadeira ética. (...) O Estado e todas as estruturas que dele derivam constituem um poder: mas também o são um terremoto ou uma epidemia.²⁵

No escrito juvenil incompleto sobre Dostoievsky (1915), o Estado é definido como “tuberculose organizada”, ou como “a imoralidade organizada; no interior como

²¹. Idem, *Ibidem*, p. 298.

²². Marianne Weber, *Max Weber. Ein Lebensbild*, Tübingen, Mohr (Siebeck), 1926, p. 474.

²³. G. Lukács, *Teoria del romanzo*, La Spezia, Club del Libro, 1981, p. 189. O texto é de 1916 e apareceu como livro pela primeira vez em 1910. Sobre o assunto, ver G. Lukács, *Pensiero vissuto*. Autobiografia in forma dialogata, trad. de A. Scarponi, Roma, Editori Riuniti, 1983, pp. 58 e 209: a edição original em alemão é de 1980.

²⁴. Carta de A. Salomon, de 22 de julho de 1915, in G. Lukács, *Epistolario 1902-1917*, org. por É. Karádi e É. Fékete, Roma, Editori Riuniti, 1984, p. 365.

²⁵. Cartas a P. Ernst, de 2 de agosto e de 14 de abril de 1915, in G. Lukács, *Epistolario*, op. cit., pp. 366 e 357.

polícia, punição, ordenamentos sociais, comércio, família; no exterior, como vontade de poder, de guerra, de conquista, de vingança.”²⁶ O jovem Bloch não somente condena a “mística alemã do Estado” como considera “como males o domínio e o poder” (*das Herrschen und die Macht*); exige, por conseguinte, a “transformação do poder em amor” (*Umbruch der Macht zur Liebe*).²⁷ Em Benjamin, o anarquismo é declarado: ele reivindica Sorel para afirmar que não só o Estado como também o direito enquanto tal é violência.²⁸

À luz de todas estas considerações, parece bastante discutível a aproximação que com frequência é feita entre Gramsci de um lado e Bloch e Lukács (ou mesmo o chamado “marxismo ocidental” em seu conjunto) do outro. Há, sem dúvida, um traço comum inegável: a recusa da leitura positivista do materialismo histórico. Estimulados à militância comunista pelo horror da guerra, pelo sentimento de liberação e pelas esperanças suscitadas pela Revolução de Outubro – uma revolução eclodida em circunstâncias e segundo modalidades que levam os “ortodoxos” da vulgata marxista a escandalizar-se ou a sacudir a cabeça –, os autores aqui postos em confronto sublinham, mesmo que com ênfases diversas, o momento da subjetividade, da consciência e da práxis.

9. De Fichte a Hegel, ou da escatologia ao comunismo

Assimilando a escatologia revolucionária à religião e portanto, como se sabe, a uma espécie de droga, os *Cadernos do cárcere* preocupam-se com a pesquisa das condições objetivas que favorecem o surgimento da “literatura utopista”, das “correntes messiânicas”, da religião propriamente dita, “a mais gigantesca utopia” à medida que constitui “a tentativa mais grandiosa de conciliar em forma mitológica as contradições reais da vida histórica”.(Q, 812-813 e 1488)

Ao falar de sua própria época como aquela da “pecaminosidade realizada”, o jovem Lukács usa uma categoria e uma expressão de Fichte.²⁹ Com o seu *pathos* de um dever-ser que se contrapõe ao mundo como tal e aposta mais na consciência moral do que na ação política para redimi-lo, o fichtismo pode com facilidade desembocar na escatologia. Eis que então emerge o tema da extinção do Estado, supérfluo uma vez que se realize uma “sociedade perfeita”, no âmbito da qual a pureza moral ocupe o lugar da coação jurídica: então será possível abandonar “o terreno das atuais constituições políticas”, que é “o terreno da fadiga e do trabalho”.³⁰

O jovem Bloch reúne Fichte a Isaiás e a Moisés, os quais contemplan a empirismo a partir das “tábuas da lei”.³¹ Compreende-se bem, então, a condenação ou

²⁶. M. Löwy, *Redenzione e utopia*, op.cit., p. 157.

²⁷. E. Bloch, *Geist der Utopie*, op. cit., pp. 298 e 406.

²⁸. W. Benjamin, “Zur Kritik der Gewalt”, tradução italiana de R. Solmi, in *Angelus Novus*. Saggi e frammenti, Turim, Einaudi, 1982, pp. 24-25.

²⁹. Ver J.G. Fichte, “Grundzüge des gegenwärtigen Zeitalters”, in *Fichtes Werke*, org. de I.H. Fichte, Berlim, De Gruyter, 1971, vol. VII, pp. 11 e 18. O texto é de 1806.

³⁰. Sobre isto, ver D. Losurdo, *Hegel e la Germania*. Filosofia e questione nazionale tra rivoluzione e reazione, Milão, Guerini-Istituto Italiano per gli Studi Filosofici, 1997, capítulo III, 3.

³¹. E. Bloch, *Spirito dell'utopia*, trad. de F. Coppellotti, Florença, La Nuova Italia, pp. 347-348.

liquidação de Hegel: no seu sistema, “diante de tanta paz e de tanta abdicação da consciência nos confrontos do Estado com o existente, nada resta da exigência insatisfeita, nem um espaço inteligível, nem o consolo do além”; “desapareceu a tensão entre o que se atingiu e o que se devia fazer”.³² Alvo especial de Bloch é o aforismo tão célebre do “Prefácio” à *Filosofia do direito*: “A doutrina hegeliana, segundo a qual qualquer racional já é real, conclui uma paz prematura e total com o mundo”.³³ Vimos também, no entanto, a polêmica que o jovem Lukács sustenta contra Hegel, acusado de fornecer “uma consagração metafísica a qualquer poder”.

O desembocar sucessivo das duas filosofias no marxismo se marcou pelo progressivo abandono de Fichte e pela aproximação com Hegel. Fato bem conhecido por Lukács, o qual, ao criticar os jovens hegelianos por terem procurado, ao contrário de Marx e Engels, a via da revolução no “ativismo de Fichte” e na fichtinização de Hegel, realiza de certo modo uma autocrítica, que emerge com maior clareza na observação de que o erro de Fichte é contrapor à “época da pecaminosidade realizada” um “futuro utopicamente contemplado”, enquanto o mérito de Hegel consiste em dar prova, apesar de suas opções políticas imediatas, de um grandioso sentido da realidade que o imuniza contra “uma disposição de espírito meramente utópica”.³⁴ A passagem de Fichte a Hegel aparece marcada pelo esforço no sentido de pensar em termos políticos mais do que ético-religiosos: na correspondência escrita durante o primeiro conflito mundial, Lukács declara explicitamente tomar como ponto de partida uma perspectiva “utópica” e raciocinar “em termos filosóficos e éticos”, deixando de lado pelo menos de momento, por ser “muito complexa”, a “questão prático-política”.³⁵

Considerações análogas podem ser feitas a propósito da evolução de Bloch, o qual, nos anos de maturidade, preocupa-se por sua vez em diferenciar de Marx “as múltiplas ‘filosofias da ação’ que se desenvolvem na esquerda hegeliana a partir de Fichte e de Hegel retornando a Fichte”. Apesar de seus tons apaixonadamente atavísticos, a *Tathandlung* fichtiana mostra-se simplesmente “etérea: em última análise, ela acaba anulando totalmente o mundo do não-eu, em lugar de melhorá-lo mediante a sua transformação”. Estamos, então, na presença de uma “práxis inimiga do mundo”, que constitui o ponto de chegada do idealismo subjetivo. Num autor como Hess, profundamente influenciado por Fichte, “a ação (*Handeln*) tende a destacar-se da atividade (*Tätigkeit*) social e a reduzir-se à reforma da consciência moral”. Apesar de sua atitude contemplativa, a filosofia hegeliana revela estar bem mais próxima da visão da relação teoria-práxis.³⁶ A exigência de intervenção concreta na realidade política estimula a separação de uma filosofia que, com seu *pathos* exaltado do dever-ser,

³² Id., *Ibid.*, pp. 233 e 327.

³³ Id., *Ibid.*, p. 228.

³⁴ Ver G. Lukács, “Die neue Ausgabe von Lassalles Briefen”, in *Schriften zur Ideologie und Politik*, org. de P. Ludz, Neuwied-Berlim, Luchterhand, s.d., pp. 205 e 107-208. O texto é de 1925.

³⁵ G. Lukács, Carta a P. Ernst, de 14 de abril de 1915, *op. cit.*, p. 357.

³⁶ E. Bloch, *Das Prinzip Hoffnung*, Frankfurt a.M., Suhrkamp, 1973, pp. 312-315. O texto é originalmente de 1938-1947.

punha o foco numa liquidação apocalíptica do mundo, mais do que em sua cansativa transformação através de obstáculos e compromissos.

Também neste caso, o ponto de partida de Gramsci é sensivelmente diferente. Desde o início, refere-se de forma privilegiada a Hegel e não acha útil um dever-ser “entendido num sentido moralizante”. É preciso escolher “entre duas modalidades do dever-ser, a abstrata e nebulosa de Savonarola e a realista de Maquiavel”; “trata-se, pois, de ver se o ‘dever-ser’ é um ato arbitrário ou necessário, é vontade concreta ou veleidade, desejo, amor às nuvens”. Não faz sentido, então, contrapor o dever-ser que faz mira sobre uma ação política concreta e não se limita a um suspiro interior, à “realidade efetiva”, a qual não “é algo estático e imóvel” mas, sim, “uma relação de forças em contínuos movimento e mudança de equilíbrio”.(Q, 1577-1578) A “realidade efetiva” é idêntica à *Wirklichkeit*; e o dever-ser é o mesmo que o *Sollen*, ditado pela razão, de que fala o “Prefácio” à *Filosofia do direito*: entre os dois termos em questão, Gramsci institui a mesma relação que Hegel e, de fato, os *Cadernos do cárcere* aceitam plenamente a tese da unidade do racional e do real, desde, entenda-se, que este último não seja confundido com o empirismo imediato e inerte mas, sim, compreenda-se em suas contradições internas e em seu movimento interno.

Sobrevoando desenvoltamente diferenças profundas, a aproximação entre os três autores visa a construir a categoria de “marxismo ocidental”, a ser contraposto ao “oriental” e, sobretudo, aos acontecimentos históricos concretos desenvolvidos depois da Revolução de Outubro. Trata-se de uma atitude que acaba por subsumir os três autores ao âmbito da literatura utópica, minimizando arbitrariamente as diferenças existentes entre eles e reconduzindo ou reduzindo Lukács e Bloch a seus incertos inícios juvenis, quando ainda não haviam encontrado e assimilado a lição de Marx. Trata-se de uma operação situada no pólo oposto ao pensamento e à atitude de Gramsci, o qual sempre entendeu o comunismo como o balanço crítico e a realização da modernidade. Pelo contrário, a atitude oposta procede a liquidá-la ainda mais globalmente, de modo a subsumir sem deixar resíduos, sob a parábola catastrófica da modernidade, inclusive os acontecimentos históricos iniciados com a Revolução de Outubro.